
POLÍTICA EXTERNA, ELEIÇÕES E COMUNIDADES EPISTÊMICAS: A COOPERAÇÃO ACADÊMICA NA DEFESA DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

*FOREIGN POLICY, ELECTIONS AND EPISTEMIC
COMMUNITIES: ACADEMIC COOPERATION IN THE
DEFENSE OF DEMOCRACY IN LATIN AMERICA*

Elian Araujo¹

1 Doutora em Ciência Política e Relações Internacionais pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho (UGF). Mestre em *Derecho Societário, Condominios y Arbitraje* pela Universidad de Las Palmas de Gran Canaria (ULPGC, Espanha). Licenciada em Direito Privado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharela em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas (FBCJ). Professora convidada da pós-graduação em Direito da ULPGC (Espanha). Professora colaboradora de Direito Internacional e Humanos do curso de Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST/UFF). Coordenadora da Rede Iniciativa Latino-Americana de Direito Sociedade e Cultura (ILADISC). Presidente da Comissão de Direito da Integração do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB).

SUMÁRIO: Introdução. 1. O Grupo de Pesquisa da ESAGU e a integração institucional. 2. Comunidades epistêmicas e redes do conhecimento: marco teórico e alianças estratégicas. 2.1. Comunidades epistêmicas como “*soft power*” regional. 2.2. Redes do conhecimento e alianças estratégicas e resiliência prática. 3. Do Chile (2025) ao Peru (2026): geopolítica das ameaças e soberania cognitiva. 4. Desafios da cooperação e a regulação digital: a Iniciativa Latino-Americana para a Integridade Eleitoral e o Fortalecimento Democrático (ILIED). Conclusão. Referências.

RESUMO: O presente artigo analisa a influência das comunidades epistêmicas e das redes intelectuais na preservação da integridade eleitoral na América Latina, sob a ótica da política externa e da soberania nacional. Partindo das atividades do Grupo de Pesquisa “Processo Eleitoral e Integridade das Eleições nas Américas” da Escola Superior da AGU (ESAGU, 2024-2025), o estudo investiga como a cooperação acadêmica transnacional entre Brasil, Chile e outros parceiros atua como mecanismo de *soft power* e defesa contra a erosão democrática e a desinformação. A análise aborda a trajetória das redes de conhecimento (REDLEY, ALICE, ILIED) e projeta soluções para o cenário eleitoral do Peru em 2026 frente às pressões hegemônicas externas. Conclui-se que a autonomia institucional depende da consolidação de uma “justiça epistêmica” regional.

PALAVRAS-CHAVE: Política externa. Eleições. Comunidades epistêmicas. Integridade democrática. América Latina.

ABSTRACT: This article analyzes the influence of epistemic communities and intellectual networks on the preservation of electoral integrity in Latin America, from the perspective of foreign policy and national sovereignty. Based on the activities of the Higher School of the Attorney General’s Office (ESAGU) Research Group (2024-2025), “Electoral Process and Electoral Integrity in the Americas”, the study investigates how transnational academic cooperation between Brazil, Chile and other partners acts as a mechanism of “soft power” and defense against democratic erosion and disinformation. The analysis addresses the trajectory of knowledge networks (REDLEY, ALICE, ILIED) and projects solutions for the 2026 electoral scenario in Peru in the face of external hegemonic pressures. It concludes that institutional autonomy depends on the consolidation of regional “epistemic justice”.

KEYWORDS: Foreign policy. Elections. Epistemic communities. Democratic integrity. Latin America.

INTRODUÇÃO

A estabilidade democrática na América Latina enfrenta desafios sem precedentes no século XXI, caracterizados por uma transição das ameaças institucionais clássicas para modalidades híbridas de desestabilização. Esse novo cenário é marcado por ataques cibernéticos sofisticados aos sistemas eleitorais, crises de governabilidade fomentadas por fluxos de desinformação e pelo uso estratégico de tecnologias de inteligência artificial para a manipulação do debate público.

Diante dessa vulnerabilidade, a defesa do Estado Democrático de Direito exige respostas que transcendam a atuação jurídica isolada, demandando uma integração profunda entre o conhecimento técnico-científico e as instituições do Estado.

Nesse contexto de urgência democrática, a Escola Superior da Advocacia-Geral da União (ESAGU) instituiu o Grupo de Pesquisa “Processo Eleitoral e Integridade das Eleições nas Américas”, por meio da Instrução Normativa n. 10/2024.

Essa iniciativa reafirma o compromisso institucional da Advocacia-Geral da União (AGU) com a preservação da soberania popular, posicionando a Advocacia Pública como um ator central na formulação de estratégias de resiliência eleitoral.

A criação desse grupo sinaliza que a integridade das eleições não é apenas uma questão procedimental, mas um ativo estratégico de segurança nacional e política externa.

Este artigo objetiva discutir como a participação acadêmica, organizada em comunidades epistêmicas e redes intelectuais transnacionais, influencia a política externa e fortalece o sistema democrático de direito nas Américas.

A hipótese central sustenta que a soberania institucional de países periféricos depende da construção de uma soberania epistêmica, a capacidade de produzir diagnósticos técnicos autônomos que blindem o processo eleitoral contra interferências externas e assimetrias tecnológicas do Norte Global.

A delimitação do estudo foca no papel das redes intelectuais como escudo soberano frente à desinformação e ao assédio às instituições eleitorais. Para situar o tema e conferir empirismo à análise, utiliza-se como nexos as discussões teóricas e as lições aprendidas nos seminários internacionais ocorridos em Brasília, São Paulo e Santiago do Chile entre 2024 e 2025.

O recorte temporal e geográfico permite projetar soluções para os ciclos eleitorais iminentes, especificamente o caso crítico do Peru em 2026,

consolidando a *diplomacia do conhecimento* como ferramenta de preservação democrática.

1. O GRUPO DE PESQUISA DA ESAGU E A INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL

A criação do Grupo de Pesquisa “Processo Eleitoral e Integridade das Eleições nas Américas”, instituído pela ESAGU por meio da Instrução Normativa n. 10/2024, representa um marco na transição da Advocacia Pública para um modelo de atuação proativo e tecnocientífico. Essa iniciativa não se limita ao exercício acadêmico convencional; ela configura-se como um eixo de integração institucional desenhado para salvaguardar a higidez do sistema democrático brasileiro e regional.

Dessa forma, a ESAGU assume a função de um centro nevrálgico que conecta o saber jurídico especializado às demandas urgentes das cortes eleitorais. As reuniões e os seminários realizados entre 2024 e 2025 (Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo e Santiago do Chile) consolidaram um ambiente de diálogo transversal entre o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Advocacia Pública e o ecossistema acadêmico.

Essa integração é vital para que a prestação jurisdicional e as políticas públicas brasileiras não sejam apenas reativas, mas estejam alinhadas com padrões internacionais de integridade e resiliência democrática.

A atuação do grupo de pesquisa permite que a AGU cumpra seu múnus constitucional de forma ampliada. Ao sistematizar evidências técnicas sobre ataques aos sistemas eleitorais e desinformação, a ESAGU transforma o debate científico em subsídios concretos para o aperfeiçoamento da legislação e para a defesa judicial das prerrogativas democráticas. Esse processo é o que se denomina blindagem institucional baseada em evidências, garantindo que a defesa das instituições seja fundamentada em rigor técnico, isolando-a de influências de caráter estritamente político-partidário.

Ademais, essa integração institucional transcende as fronteiras nacionais. A ESAGU, ao capitanear este grupo, conecta o Estado brasileiro a redes transnacionais de pesquisa, permitindo que o conhecimento técnico seja utilizado como um instrumento legítimo de *soft power* na política externa.

A diplomacia jurídica exercida pela Escola posiciona o Brasil como um ator central regional na articulação de respostas conjuntas aos desafios eleitorais contemporâneos. Portanto, a integração promovida pelo grupo de pesquisa erige uma infraestrutura de defesa que protege a soberania popular por meio do fortalecimento das capacidades cognitivas e regulatórias da AGU e seus parceiros.

2. COMUNIDADES EPISTÊMICAS E REDES DO CONHECIMENTO: MARCO TEÓRICO E ALIANÇAS ESTRATÉGICAS

A fundamentação teórica desse fenômeno ancora-se no conceito de comunidades epistêmicas, consolidado por Peter Haas (1992), que as define como redes de profissionais com autoridade técnica reconhecida e competência em domínios específicos, responsáveis por auxiliar os Estados na formulação de políticas em cenários de alta incerteza. Na América Latina, a prática dessa *diplomacia do conhecimento* é exemplificada por organizações transnacionais como a Red Latinoamericana de Investigación y Educación (RedCLARA), a Red de Educación Continua de Latinoamérica y Europa (RECLA, criada em 1997), a Rede Latino-Americana de Conhecimento (RIC, criada em 1999)² e a Associação Latino-Americana de Investigadores em Campanhas Eleitorais (Rede ALICE, criada em 2003).

Historicamente, a cooperação acadêmica na região superou a subordinação de laços coloniais para consolidar-se em alianças estratégicas horizontais – frequentemente impulsionadas por programas de fomento como Erasmus+, Horizon Europe e EULAS –, as quais promovem a mobilidade de pesquisadores e o financiamento integrado de projetos.

Consequentemente, essas redes operam como pontes institucionais que viabilizam o exercício da soberania nacional por meio da “soberania epistêmica”, um paradigma no qual as respostas às crises democráticas são formuladas por pares regionais, assegurando a prevalência de soluções autóctones e alinhadas aos valores constitucionais locais.

2.1. Comunidades epistêmicas como “*soft power*” regional

As comunidades epistêmicas não são apenas grupos de estudo, mas redes de profissionais com competência reconhecida que exercem a chamada diplomacia do conhecimento.

A formação de redes intelectuais na América Latina transcende o mero intercâmbio acadêmico, configurando-se como um mecanismo histórico de integração política e resistência cultural. Diferente de estruturas burocráticas rígidas, essas redes operam como fluxos de pensamento que,

2 A menção à “Rede Latino - Americana do Conhecimento” em 1999 deve ser compreendida conforme o arcabouço teórico de Eduardo Devés Valdés. Para o autor, este marco temporal não assinala a criação de uma organização formal única sob esta nomenclatura, mas a emergência de um novo paradigma de conectividade intelectual, impulsionado pela transição para redes digitais de circulação de saberes. Nesse contexto, a referência remete, fundamentalmente, ao surgimento de infraestruturas críticas — exemplificadas, entre outras, pela criação da Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO em 1999 —, que, segundo Devés Valdés, constituíram a base material para a constituição da moderna comunidade intelectual latino-americana.

desde o movimento reformista de Córdoba em 1918 até as correntes cepalinas e a Teoria da Dependência, buscaram formular uma identidade regional autônoma diante das hegemonias externas. Conforme aponta o historiador Eduardo Devés (2021), a circulação de ideias na região atua como um vetor de solidariedade institucional, criando o que se pode chamar de “espaço público de pensamento latino-americano”, onde a validação do conhecimento não passa obrigatoriamente pelo crivo dos centros metropolitanos do Norte Global.

Essa resistência cultural manifesta-se na capacidade dessas redes de ressignificar conceitos globais para a realidade local. No âmbito da integridade democrática, a rede intelectual não se limita a replicar modelos de governança estrangeiros; ela atua na denúncia de mecanismos de exclusão e na proteção da soberania popular contra novas formas de colonialismo digital.

A “solidariedade institucional” mencionada por Devés reflete-se na criação de uma barreira protetiva: quando um nó da rede (um país ou instituição) sofre uma ameaça à sua estabilidade, os demais nós reagem por meio do compartilhamento de evidências, suporte doutrinário e pressão política diplomática.

Portanto, as redes intelectuais funcionam como a “memória viva” das lutas democráticas da região. Elas transformam o isolamento geográfico em uma malha de cooperação técnica e afetiva, onde o intelectual assume o papel de mediador entre o saber científico e a preservação do Estado de Direito. Nesse sentido, a consolidação dessas redes é o que garante que a integração regional não seja apenas comercial ou aduaneira, mas sim uma integração de propósitos civilizatórios e de defesa mútua contra o retrocesso institucional.

No cenário contemporâneo, essas redes operam imersas no que Walter Mignolo e Catherine Walsh (2018) definem como a *geopolítica do conhecimento*, um sistema global assimétrico no qual os centros hegemônicos do Norte Global detêm o monopólio das plataformas tecnológicas e dos paradigmas regulatórios.

Nesse contexto de assimetria, a produção do saber regional adquire um caráter estratégico. A dependência de infraestruturas digitais e de doutrinas jurídicas estrangeiras gera um vácuo de soberania.

Portanto, a articulação de pesquisadores latino-americanos visa romper com a subordinação epistêmica, formulando diagnósticos autóctones sobre a integridade eleitoral que respeitem as especificidades sociopolíticas e constitucionais do Sul Global.

A práxis dessa articulação materializa-se em organizações transnacionais como a RECLA e a Rede ALICE, que atuam como infraestruturas de resiliência democrática.

A Rede ALICE é uma das mais consolidadas comunidades epistêmicas da região. Seu objetivo central é promover a pesquisa, a profissionalização e o intercâmbio de conhecimentos sobre comunicação política e comportamento eleitoral.

Ao reunir acadêmicos, consultores e magistrados, a ALICE atua na identificação de padrões de desinformação e na formulação de estratégias de mitigação de crises de imagem institucional que afetam as cortes eleitorais.

Por sua vez, a RECLA exemplifica a diversificação estratégica das alianças intelectuais. Seu objetivo é fomentar a cooperação birregional entre América Latina e Europa, facilitando a mobilidade de pesquisadores e a transferência de tecnologias regulatórias.

Ao estreitar laços com o modelo europeu (fortemente pautado na proteção de dados e na regulação de plataformas, como o Digital Services Act), a RECLA permite que os países latino-americanos contrabalancem a influência hegemônica norte-americana, adotando marcos regulatórios mais protetivos ao Estado de Direito.

Sobre a ação concreta da Diplomacia do Conhecimento, pesquisadores e intelectuais inseridos na realidade latino-americana observam que a *diplomacia do conhecimento* (ou *diplomacia científica*) não é uma abstração teórica, mas uma ferramenta concreta de política externa e defesa estatal. Ela consiste na utilização de colaborações científicas para construir relações internacionais, influenciar políticas públicas e solucionar problemas transnacionais que escapam à jurisdição de um único Estado, como é o caso da desinformação algorítmica.

Vale notar que a diplomacia do conhecimento (do inglês, *knowledge diplomacy*) é definida como o processo de utilização da cooperação internacional em ensino superior, pesquisa e inovação para construir, fortalecer e sustentar as relações entre os países.

O reconhecimento formal de que a academia atua como um braço diplomático ganhou força institucional a partir de 2010. O marco histórico foi a publicação do relatório *New Frontiers in Science Diplomacy*, elaborado conjuntamente pela Royal Society (Reino Unido) e pela American Association for the Advancement of Science (AAAS).

A partir desse documento, governos, ministérios de relações exteriores e organizações multilaterais passaram a reconhecer oficialmente que as redes de pesquisadores (as comunidades epistêmicas) não são apenas observadores, mas atores diplomáticos não estatais cruciais para a estabilidade global.

Diferente da *diplomacia tradicional* (baseada em negociações estatais e *hard power*) ou da *diplomacia cultural*, a diplomacia do conhecimento utiliza a produção e o intercâmbio de saberes acadêmicos como instrumentos de *soft power*. Atualmente, a diplomacia do conhecimento é utilizada em contextos

nos quais a diplomacia política tradicional encontra barreiras ideológicas ou impasses soberanos. Seu objetivo é resolver problemas globais complexos e mediar tensões geopolíticas por meio de uma linguagem técnica, neutra e baseada em evidências.

Na prática regional, essa diplomacia opera por meio da criação de consensos técnicos inquestionáveis. Quando o sistema eleitoral de um país sofre ataques coordenados, as comunidades epistêmicas emitem notas técnicas, compartilham jurisprudências comparadas e estabelecem observatórios conjuntos.

Essa atuação fornece o respaldo científico (o “escudo técnico”) necessário para que juízes e procuradores eleitorais tomem decisões contramajoritárias rigorosas contra o abuso de poder econômico e digital, sem que sejam acusados de partidarismo.

A aplicação efetiva da diplomacia do conhecimento gera resultados institucionais mensuráveis e diretos para a estabilidade da América Latina, a saber: a harmonização regulatória que facilita a criação de legislações e resoluções eleitorais simétricas entre os países da região, impedindo que *big techs* explorem brechas jurídicas em nações com regulamentações mais frágeis; a resiliência institucional preventiva que permite que tribunais eleitorais (como o Jurado Nacional de Eleições – JNE – no Peru ou o Tribunal Superior Eleitoral – TSE – no Brasil) antecipe ameaças híbridas, adotando protocolos de resposta rápida contra *deepfakes* e ataques cibernéticos já mapeados por países vizinhos; a Soberania Cognitiva que reduz a dependência de relatórios e auditorias de organizações estrangeiras, garantindo que a lisura do processo eleitoral seja atestada por uma rede de especialistas locais, fortalecendo a confiança do eleitorado nas instituições nacionais.

No cenário atual, onde a técnica jurídica e a tecnologia da informação convergem, essas comunidades (como a RECLA e a Rede ALICE) tornam-se instrumentos de fortalecimento democrático.

Ao contrário da influência exercida pelo *hard power* (sanções e tarifas), as comunidades epistêmicas operam por meio do *soft power*, legitimando normas e critérios de validade que protegem o processo eleitoral. Elas atuam como um “campo” (Bourdieu) que determina o que é tecnicamente aceitável em um pleito íntegro, servindo de barreira contra narrativas pseudocientíficas de fraude.

Complementarmente, podemos somar a essa reflexão a teoria das “Redes Transnacionais de Defesa”, de Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998), na qual explicam a mecânica dessas alianças, orientando que, quando as instituições democráticas de um país sofrem ataques internos, como campanhas de desinformação contra cortes eleitorais, as redes de conhecimento ativam parceiros regionais.

Elas compartilham dados, emitem notas técnicas conjuntas e mobilizam a comunidade internacional. Esse processo cria um *efeito bumerangue* de pressão externa que constrange atores antidemocráticos locais e reforça a legitimidade das instituições que estão sob ataque.

2.2. Redes do conhecimento e alianças estratégicas e resiliência prática

Ancoradas na teoria das comunidades epistêmicas de Peter Haas (1992), redes de conhecimento, como a ALICE, a RECLA e a ora proposta Iniciativa Latino-Americana para a Integridade Eleitoral e o Fortalecimento Democrático (ILIED), transcendem a vocação de meros fóruns de debate para operar como autênticas infraestruturas de resiliência democrática.

No cenário latino-americano contemporâneo, o conceito de resiliência sofreu uma redefinição estrutural: superou a acepção clássica de sobrevivência a rupturas institucionais abruptas para designar a capacidade ativa do Estado de neutralizar a erosão democrática interna, a hiperpolarização e o assédio sistemático às autoridades eleitorais.

Submetidas a esse novo patamar de estresse institucional, tais redes consolidam-se como alianças estratégicas dedicadas ao intercâmbio ágil de jurisprudência e táticas regulatórias.

A dinâmica operacional dessas comunidades permite que inovações jurídicas locais, a exemplo de protocolos desenvolvidos por cortes eleitorais contra *deepfakes* ou financiamento digital ilícito, sejam prontamente validadas, traduzidas e adaptadas para outros ordenamentos jurídicos da região.

Esse mecanismo nivela a capacidade de resposta dos Estados frente a ameaças tecnológicas e geopolíticas assimétricas, forjando um escudo técnico transnacional.

É essa blindagem institucional que viabiliza a resiliência prática em ciclos eleitorais de alta volatilidade, como os do Chile (2025) e do Peru (2026), resguardando a soberania cognitiva do eleitorado e a estabilidade do Estado de Direito contra campanhas coordenadas de desestabilização.

3. DO CHILE (2025) AO PERU (2026): GEOPOLÍTICA DAS AMEAÇAS E SOBERANIA COGNITIVA

O seminário internacional realizado na Universidade de Santiago do Chile (USACH), em 14 de novembro de 2025, evidenciou que os desafios institucionais chilenos operam como precursores das complexidades que o Peru enfrentará em 2026. Enquanto o Chile, a despeito da polarização, consolidou um modelo de integridade reconhecido por meio da reorganização de seu Serviço Eleitoral (SERVEL), o Peru projeta

um cenário de fragmentação partidária aguda. Nesse contexto de aguda fragmentação partidária, o cenário peruano exige um suporte acadêmico-jurídico robusto para resguardar o JNE.

A cooperação transnacional entre o Instituto de Estudos Avançados da USACH e a ESAGU consolida-se como a “massa crítica” essencial para suprir essa demanda. O objetivo central dessa aliança é exportar modelos de resiliência institucional e formular uma Justiça Eleitoral de proximidade, fornecendo ao JNE o respaldo técnico necessário para desencorajar tentativas de ruptura e restaurar a confiança pública no processo eleitoral. Paralelamente, essa articulação acadêmica atua como um contrapeso estratégico à posição hegemônica de potências do Norte Global, notadamente os Estados Unidos.

A pressão econômica e a dependência estrutural de plataformas tecnológicas estrangeiras geram um perigoso vácuo de soberania na região. Preencher esse vácuo é o imperativo da união entre pesquisadores chilenos e brasileiros: garantir que a auditoria das urnas e o combate à desinformação operem como processos estritamente autônomos, blindando o Estado de Direito contra interferências geoestratégicas externas que visam desestabilizar a integridade democrática.

A transição entre esses ciclos eleitorais deve ser analisada sob a ótica da *geopolítica das ameaças*. Contemporaneamente, as ameaças à estabilidade do Estado deixaram de ser estritamente militares ou territoriais para se tornarem híbridas, informacionais e assimétricas. A crítica à posição hegemônica de potências do Norte Global, notadamente os Estados Unidos, torna-se central nesta análise. A pressão econômica, aliada à dependência estrutural de plataformas tecnológicas estrangeiras, cria um perigoso “vácuo de soberania”.

Nessa nova configuração geopolítica, corporações transnacionais detêm o monopólio das infraestruturas digitais por onde circula o debate político latino-americano. Consequentemente, a ausência de sistemas de fiscalização digital robustos – vulnerabilidade observada no cenário chileno frente à microsegmentação e ao uso de inteligência artificial estrangeira, expõe as democracias periféricas a interferências geoestratégicas externas que visam desestabilizar as instituições locais.

Diante dessa assimetria, a defesa do Estado Democrático de Direito exige uma redefinição do próprio conceito de soberania, que passa a ser exercida de forma imperativa nas fronteiras digitais e cognitivas. Nessa esteira, a soberania cognitiva consiste na capacidade inalienável de uma nação proteger o ecossistema informacional e o processo decisório de seus cidadãos contra a manipulação algorítmica, a desinformação coordenada e a colonização de dados.

Para que essa soberania se efetive, a América Latina deve investir ativamente na sua *soberania epistêmica*. A cooperação científica e acadêmica (apoiada por redes como a aqui proposta, ILIED e programas de fomento como Erasmus+ e Marie Curie) atua como uma ferramenta de *diplomacia blanda* (*soft diplomacy*), capaz de mitigar barreiras políticas.

Essa articulação assegura que as decisões sobre o que constitui uma eleição íntegra e válida derivem de diagnósticos científicos produzidos por especialistas da própria região, e não da imposição acrítica de protocolos do Norte Global ou dos algoritmos opacos de empresas de tecnologia.

4. OS DESAFIOS DA COOPERAÇÃO E A REGULAÇÃO DIGITAL: A INICIATIVA LATINO-AMERICANA PARA A INTEGRIDADE ELEITORAL E O FORTALECIMENTO DEMOCRÁTICO (ILIED)

A cooperação acadêmica transnacional enfrenta entraves estruturais, como barreiras linguísticas, burocracias estatais e profundas assimetrias tecnológicas.

Para superar tais obstáculos e responder à velocidade com que a inteligência artificial (IA) e a desinformação operam dinâmicas que frequentemente superam a capacidade de resposta do Direito tradicional, surge a nossa proposta de formação da ILIED.

Essa iniciativa foi apresentada pela Comissão de Direito da Integração do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) durante o seminário internacional na USACH, em 13 de novembro de 2025, e propõe a conversão do saber especializado em proteção eleitoral ativa.

A iniciativa atua como uma resposta institucional à necessidade de soberania epistêmica regional, criando um ecossistema de defesa mútua onde o conhecimento acadêmico fundamenta sanções contra o abuso do poder econômico e digital.

Um dos eixos centrais da ILIED é a regulação multilateral das grandes plataformas de tecnologia (*big techs*). Compreende-se que a regulação digital não pode subsistir como um esforço isolado de um único país; ela exige uma harmonização normativa regional para que as corporações respondam de forma equânime em todo o continente.

A articulação de uma diplomacia do conhecimento propõe que a América Latina atue em bloco em fóruns internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU), exigindo transparência algorítmica e subordinando os termos de uso privados aos princípios constitucionais do Estado Democrático de Direito.

Para contrabalançar a influência tecnológica norte-americana, a iniciativa preconiza o fortalecimento de parcerias com a Europa (via

programas como Erasmus+ e Marie Curie), utilizando marcos regulatórios como o *Digital Services Act* (DSA) como inspiração para a construção de uma ética digital compartilhada.

Quanto à Infraestrutura de Monitoramento e Soberania de Dados, no plano operacional, a ILIED propõe a criação de um Observatório Regional de Desinformação e Integridade Digital. Composto por membros das comunidades epistêmicas, esse órgão teria a função de monitorar fluxos de manipulação algorítmica em tempo real, emitindo alertas técnicos preventivos para países vizinhos, a exemplo da transição dos desafios observados no Chile (2025) para o Peru (2026).

Complementarmente, defende-se a estruturação de uma *Arquitetura de Dados Soberana*. Essa medida visa mitigar a dependência de infraestruturas estrangeiras, promovendo o debate sobre o armazenamento local de dados eleitorais e a auditoria de códigos-fonte por especialistas independentes da região, garantindo que a integridade do voto seja validada por critérios técnicos autóctones.

Contudo, a soberania digital depende tanto de arquiteturas robustas quanto do preparo dos atores que as operam. Sob essa ótica de capacitação institucional, o cenário peruano (2026) apresenta um modelo relevante: a eficácia dessas medidas depende da formação contínua dos atores institucionais. Utilizando redes como a REDLA e a ALICE, o ILIED propõe programas de formação em Justiça de Proximidade e Tecnologia para magistrados e advogados públicos, buscando uniformizar a jurisprudência sobre crimes cibernéticos eleitorais e promover a literacia midiática.

A aplicação prática dessa diretriz materializa-se na proposta de instalação de uma missão de assistência epistêmica preventiva para o Peru em 2026. Os pesquisadores da AGU e da USACH atuariam em conjunto com o JNE, oferecendo suporte doutrinário para neutralizar narrativas de deslegitimação institucional antes mesmo do início do ciclo eleitoral crítico.

Por fim, a consolidação dessa rede exige mecanismos perenes de fomento. Propõe-se a criação de um Fundo de Estímulo à Pesquisa em Integridade Democrática, voltado à investigação dos impactos da exclusão digital na formação da opinião política e a institucionalização de um Relatório Anual de Integridade das Américas, a ser publicado pela ESAGU.

Ao converter essas propostas em políticas de Estado, a América Latina deixa de ser um laboratório de testes para influências globais e assume o protagonismo de sua estabilidade política.

A defesa das instituições, mediada pelas comunidades epistêmicas, erige-se como o pilar de uma soberania resiliente, capaz de enfrentar as complexidades do século XXI com autonomia, ética e rigor científico.

CONCLUSÃO

O percurso analítico deste estudo demonstrou que a formulação da política externa e a integridade do processo eleitoral tornaram-se dimensões indissociáveis na era da informação.

A hipótese central de que a soberania nacional não mais se restringe à integridade territorial, mas expande-se para a soberania digital e cognitiva, foi confirmada pela observação das dinâmicas de cooperação entre a ESAGU e as redes transnacionais.

A participação acadêmica, estruturada por meio de comunidades epistêmicas, transcende a condição de mero acessório à atividade jurídica, consolidando-se como condição *sine qua non* para a sobrevivência das instituições democráticas frente à proliferação de ameaças híbridas e pressões hegemônicas externas.

A observação empírica dos ciclos eleitorais do Chile e do Peru evidencia que a resiliência das urnas é o reflexo direto da solidez das instituições que as tutelam e da rede de conhecimento que lhes confere suporte técnico. O estudo de caso chileno e a projeção para o cenário peruano em 2026 revelam que o isolamento institucional é a maior vulnerabilidade de uma democracia periférica. Em contrapartida, a associação estratégica entre a América Latina e a Europa, mediada pela diplomacia do conhecimento, constitui uma via crucial para a mitigação de assimetrias tecnológicas.

Esse alinhamento permite a construção de uma comunidade global pautada pela equidade e pela justiça epistêmica, onde o saber regional assume o protagonismo na validação de seus próprios processos políticos.

A trajetória do grupo de pesquisa da ESAGU (2024-2025) e a proposta da ILIED materializam a transição do pensamento acadêmico para a práxis institucional. Comprovou-se que a superação das desigualdades regulatórias e a promoção de um futuro democrático resiliente nas Américas dependem, intrinsecamente, da solidariedade epistemológica.

Ao converter o capital intelectual em *soft power* diplomático e em diretrizes de Advocacia Pública, o Estado brasileiro não apenas protege suas fronteiras informacionais, mas atua como um polo irradiador de estabilidade democrática para o continente.

Em última análise, a defesa do Estado Democrático de Direito na contemporaneidade exige que o Direito e a Ciência marchem em uníssono. O fortalecimento de fundos multilaterais e a institucionalização da participação de especialistas na formulação de marcos regulatórios, conforme discutido na seção sobre regulação das *big techs*, são passos urgentes.

Somente por meio de uma arquitetura de cooperação robusta será possível assegurar que os pleitos futuros ocorram sob a égide da transparência

e da legalidade, garantindo que a soberania regional permaneça imune a ingerências e continue sendo exercida plenamente pela força do Direito e da razão científica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Advocacia-Geral da União. *Instrução Normativa ESAGU/AGU n.º 10/2024*. Brasília: AGU, 2024.

CONSELHO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, ARTES E HUMANIDADES – CLACSO. *Epistemologias do Sul: Uma Perspectiva Crítica*. Buenos Aires: CLASCO, 2022.

DEVÉS, Eduardo. *A Circulação das Ideias da América Latina-Caribe pelo Mundo*. Santiago: Ariadna, 2021.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados, Universidad de Santiago de Chile, 2007.

EULAS Foundation. *A Cooperação Acadêmica UE-ALC*. Hamburgo, 2020.

HAAS, Peter. *Epistemic Communities and International Policy Coordination*: International Organization. [S.l.]: [s.n.], 1989.

LARA, T.; MAGRO, C. *LA e Educação: Uma Relação com Costuras*. [Rio de Janeiro]: Trama Editoria, 2025.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Ithaca: Cornell University Press, 1998. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctt5hh13f>. Acesso em: 21 mar. 2026.

O'DONNELL, Guillermo. *Accountability horizontal e novas poliarquias*. São Paulo: Lua Nova, n. 44, p. 27-54, 1998.